

**Alfredo de Assis
Gonçalves Neto**

DIREITO DE EMPRESA

**Comentários aos artigos 966
a 1.195 do Código Civil**

11.ª edição revista, atualizada e ampliada

Contém índice alfabético-remissivo

**Edição atualizada com as
alterações da legislação
mais recente**

- Lei 14.193/2021
- Lei 14.195/2021
- Lei 14.382/2022
- Lei 14.451/2022

THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais

JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo

ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES

Editorial: Aline Marchesi da Silva, Camilla Sampaio, Karolina de Albuquerque Araújo Martino e Quenia Becker

Assistente de Conteúdo Editorial: Juliana Menezes Drumond

Analista de Conteúdo Editorial Júnior: Ana Carolina Francisco

Estagiária: Aline Pavanelli

Produção Editorial e Equipe de Conteúdo Digital

Gerente de Conteúdo

MILSA CRISTINE ROMERA

Especialistas Editoriais: Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Jéssica Viana Bezerra

Analistas de Operações Editoriais: Danielle Castro de Morais, Mariana Plastino Andrade e Patrícia Melhado Navarra

Analistas de Qualidade Editorial e ProView: Ana Paula Cavalcanti, Gabriel George Martins, Gabriela Cavalcante Lino, Maria Carolina Ferreira, Maria Cristina Lopes Araujo, Rodrigo Araujo e Victória Menezes Pereira

Estagiárias: Michelle Kwan e Thabata Flausino de Almeida

Capa: Chrisley Figueiredo

Adaptação capa: Linotec

Líder de Inovações de Conteúdo para Print

CAMILIA FUREGATO DA SILVA

Gerente de Operações e Produção Gráfica

MAURICIO ALVES MONTE

Analistas de Produção Gráfica: Ana Paula de Araújo Evangelista e Jéssica Maria Ferreira Bueno

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Gonçalves Neto, Alfredo de Assis

Direito de empresa : comentários aos artigos 966 a 1.195 do Código Civil / Alfredo de Assis Gonçalves Neto. -- 11. ed. rev., atual. e ampl. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2023.

Bibliografia.

ISBN 978-65-260-0018-2

1. Direito civil - Legislação - Brasil 2. Direito comercial - Legislação - Brasil 3. Direito empresarial - Legislação - Brasil I. Título.

23-169032

CDU-34:338.93(81)(094)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Direito de empresa : Legislação : Direito civil 34:338.93(81)(094)

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

SUMÁRIO

Apresentação	5
Nota à 11ª Edição	9
Abreviaturas	11

INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO DE EMPRESA

I. Noções gerais	41
II. Método de estudo	44
III. Formação histórica	47
IV. Período anterior ao direito romano.....	48
V. Direito romano.....	49
VI. Queda do Império Romano do Ocidente.....	51
VII. Feudalismo e burguesia	51
VIII. O papel das corporações na formação do direito comercial	52
IX. O <i>ius mercatorum</i> e as primeiras compilações.....	53
X. Formação dos Estados modernos.....	54
XI. Revolução Francesa.....	54
XII. Direito dos atos de comércio.....	55
XIII. A revolução industrial e os atos em série	57
XIV. O direito comercial como direito de empresa	58
XV. Síntese conclusiva.....	60
XVI. O direito comercial no Brasil	64
XVII. O Código Comercial e o Regulamento 737	65
XVIII. Leis posteriores	67
XIX. As Constituições brasileiras.....	72
XX. Âmbito do direito comercial brasileiro	73

LIVRO II DO DIREITO DE EMPRESA

TÍTULO I DO EMPRESÁRIO

Capítulo I DA CARACTERIZAÇÃO E DA INSCRIÇÃO

Art. 966

1. O conteúdo do Livro II da Parte Especial	79
2. Designação controvertida	80
3. Conceito de empresário	81

4. Quem não é empresário.....	83
5. A atividade intelectual como elemento de empresa.....	84
Art. 967	
6. A inscrição do empresário	86
7. Natureza da inscrição	87
8. Distinção de figuras afins.....	89
9. Ausência de inscrição	89
Art. 968	
10. Conteúdo da inscrição	91
11. Termo no livro próprio	92
12. Averbações à margem da inscrição.....	93
13. Convolução da figura do empresário para a de sociedade empresária	93
Art. 969	
14. Abertura de novos estabelecimentos do empresário	95
15. O registro da criação e da extinção de filial.....	96
Art. 970	
16. Dispositivo inútil.....	97
17. Origem da previsão legal	97
18. Obrigatoriedade de inscrição do pequeno empresário	98
19. Quem é pequeno empresário	99
Art. 971	
20. Significado de empresário rural.....	102
21. Conveniências e inconveniências da inscrição	103
22. Natureza da inscrição	104
22-A. Uma associação empresária	104

Capítulo II DA CAPACIDADE

Art. 972	
23. Capacidade para o exercício de empresa.....	107
24. Capacidade civil.....	107
25. Impedimentos legais.....	109
26. Participação do incapaz em sociedades.....	110
27. Participação do impedido em sociedades.....	113
Art. 973	
28. Efeitos dos atos praticados pelos impedidos.....	114
29. Efeitos dos atos praticados pelos incapazes	114
Art. 974	
30. Incapacidade superveniente no regime anterior.....	116
31. A solução legal.....	117
32. Procedimento para a obtenção da autorização.....	117
33. Patrimônio separado	118
34. Autorização ao menor.....	118
35. Administração de sociedade	119
36. O incapaz como sócio	120
Art. 975	
37. Modo de atuar do incapaz.....	121
38. Nomeação de administrador	122

Art. 976

39. Registro da emancipação e da autorização.....	123
40. Novo nome empresarial.....	124

Art. 977

41. Antecedentes da norma.....	125
42. A proibição legal.....	127
43. Norma sem sanção específica.....	128
44. Sociedade anterior à vigência do Código Civil.....	129
45. Sociedade anterior ao casamento.....	130
46. Sociedade advinda por sucessão na constância do casamento.....	130
47. Tipos societários excluídos da regra.....	131

Art. 978

48. Patrimônio da empresa.....	132
49. A dispensa de outorga conjugal.....	133
50. Conferência de bens para uma sociedade empresária.....	135

Art. 979

51. Documentos sujeitos a registro.....	135
52. Efeitos do registro.....	136

Art. 980

53. Mudança de estado civil ou de regime de bens.....	137
---	-----

TÍTULO I-A**DA EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA****Art. 980-A – Revogado pela Lei 14.382/2022**

54. a 68. Suprimidos.....	138
---------------------------	-----

**TÍTULO II
DA SOCIEDADE****Capítulo Único
DISPOSIÇÕES GERAIS****Art. 981**

69. Breve esboço histórico.....	139
70. A unificação do direito societário.....	141
71. Conceito de sociedade.....	142
72. Distinção de figuras afins.....	144
73. O ato constitutivo de sociedade.....	146
74. Natureza do ato constitutivo.....	147
75. Atividade restrita a um ou mais negócios determinados.....	151

Art. 982

76. Taxonomia da sociedade simples.....	152
77. Desnecessidade do regime diferenciado.....	153
78. Critérios distintivos entre sociedade simples e empresária.....	155
79. Sociedades por ações e sociedade cooperativa.....	157

Art. 983

80. Tipos de sociedades empresárias.....	157
81. Tipos de sociedades simples.....	159
82. Outros tipos societários.....	160

Art. 984

83. Sociedade rural	162
84. Transformação da sociedade rural existente em sociedade empresária	163

Art. 985

85. Registro próprio.....	164
86. Registro com efeito atributivo de personalidade jurídica.....	165
87. Efeitos da personificação	166
88. A desconsideração da personalidade jurídica.....	167
88-A. O incidente de desconsideração da personalidade jurídica no CPC	174

SUBTÍTULO I DA SOCIEDADE NÃO PERSONIFICADA

Capítulo I DA SOCIEDADE EM COMUM

Art. 986

89. A sociedade como ente capaz de direitos e de obrigações	174
90. A sociedade em comum.....	175
91. Situações que não se enquadram no regime jurídico da sociedade em comum	179
92. A falta de inscrição no registro próprio.....	180

Art. 987

93. Prova escrita de existência da sociedade	181
94. A sociedade de fato entre casais ou conviventes.....	183

Art. 988

95. Formação de patrimônio próprio.....	184
96. Titularidade do patrimônio social.....	184

Art. 989

97. Proteção aos credores sociais.....	185
98. Credor de sócio.....	186

Art. 990

99. Responsabilidade dos sócios pelas obrigações sociais.....	187
100. Responsabilidade dos sócios na sociedade em comum	187

Capítulo II DA SOCIEDADE EM CONTA DE PARTICIPAÇÃO

Art. 991

101. Breve referência histórica.....	188
102. Conceito da sociedade em conta de participação.....	189
103. Características	192
104. Natureza jurídica	194
105. Distinção de figuras próximas.....	195
106. Classificação.....	196
107. Utilidade e atualidade da sociedade em conta de participação	198

Art. 992

108. Informalidade na Constituição.....	199
109. O interesse na prova de existência da sociedade.....	200

Art. 993

110. Inocuidade do registro da sociedade em conta de participação	201
111. Relações entre sócios.....	202

112. O sócio ostensivo como administrador da sociedade.....	203
113. Relações com terceiros	203
Art. 994	
114. Patrimônio especial da sociedade em conta de participação e efeitos	204
115. Falência do sócio ostensivo.....	205
116. Falência do sócio oculto ou participante	206
Art. 995	
117. Ingresso de novo sócio	207
Art. 996	
118. Normas aplicáveis à sociedade em conta de participação	208
119. Dissolução e liquidação	209
120. Direito à prestação de contas e normas aplicáveis.....	210
121. Prestação de contas de dois ou mais sócios ostensivos	210

SUBTÍTULO II DA SOCIEDADE PERSONIFICADA

Capítulo I DA SOCIEDADE SIMPLES

Seção I Do contrato social

Art. 997	
122. Considerações gerais.....	211
123. Referência histórica	212
124. Conteúdo do contrato social	213
125. Nome e qualificação das partes.....	213
126. Nome da sociedade	214
127. Objeto social	215
128. Sede social	215
129. Prazo de duração.....	216
130. Capital social	217
131. Contribuições dos sócios e quotas de participação	218
132. Administração da sociedade.....	220
133. Participação dos sócios nos lucros e nas perdas	220
134. Responsabilidade dos sócios pelas obrigações sociais.....	220
135. Demais cláusulas estipuladas pelas partes.....	222
136. Eficácia das disposições contratuais em relação a terceiros.....	222
Art. 998	
137. Formalidades complementares à constituição	223
138. Prazo para a inscrição	223
139. Procedimento a observar para a inscrição.....	224
Art. 999	
140. Alteração do contrato social da sociedade simples	225
141. Atenuantes ao rigorismo legal.....	227
142. Deliberações por maioria.....	228
143. Modificação do contrato social e inscrição.....	229
Art. 1.000	
144. Filial ou sucursal de sociedade simples	229
145. Obrigatoriedade de registro	230

Seção II
Dos direitos e obrigações dos sócios

Art. 1.001	
146. Os direitos dos sócios	231
147. As obrigações dos sócios	233
Art. 1.002	
148. As funções do sócio na sociedade simples.....	235
149. Aplicação voltada para o sócio de indústria	236
149-A. Transferência de participação societária.....	237
Art. 1.003	
150. Transferência de quotas na sociedade simples.....	239
151. Responsabilidade do cedente pelas dívidas sociais.....	240
Art. 1.004	
152. A obrigação primordial dos sócios	241
153. Inadimplemento da prestação.....	242
154. Exclusão do sócio remisso	243
155. Redução da participação societária	245
Art. 1.005	
156. Efetividade do valor econômico da contribuição do sócio	245
157. Responsabilidade pela evicção.....	246
158. Responsabilidade pela solvência do devedor.....	246
Art. 1.006	
159. Limitação à atuação do sócio de trabalho ou indústria.....	247
160. Consequências da violação da proibição.....	248
Art. 1.007	
161. A divisão dos resultados da atividade social.....	249
162. Participação do sócio de indústria nos resultados	250
Art. 1.008	
163. Participação nos lucros e nas perdas	252
Art. 1.009	
164. Distribuição de lucros aos sócios	253
165. Lucros ilícitos ou fictícios.....	254
166. Responsabilidade solidária dos agentes	254
167. Reposição de dividendos havidos de má-fé	255

Seção III
Da administração

Art. 1.010	
168. Modo de agir da sociedade.....	256
169. Natureza dos vínculos entre sociedade, sócio e administrador.....	257
170. As deliberações sociais.....	260
171. A formação da vontade social	261
171-A. O empate nas deliberações sociais	263
Art. 1.011	
172. O administrador.....	264
173. Parâmetros de conduta do administrador.....	266
174. Impedimentos.....	268
175. Normas sobre o mandato	270
176. Remuneração do administrador.....	271

Art. 1.012	
177. Formas de designação de administrador.....	272
178. Administrador com prazo certo de gestão.....	273
179. Averbação do ato separado e efeitos.....	274
Art. 1.013	
180. Omissão contratual quanto ao administrador.....	274
181. Controle da atuação individual do administrador.....	275
Art. 1.014	
182. Exercício conjunto da administração.....	276
183. Efeitos da restrição.....	277
Art. 1.015	
184. Poderes dos administradores.....	278
185. Restrições quanto a imóveis.....	279
186. Excesso e abuso de poder.....	280
187. O critério adotado pelo Código Civil.....	281
188. Efeitos da revogação do parágrafo único.....	284
Art. 1.016	
189. Responsabilidade pessoal dos administradores.....	285
190. Responsabilidade solidária.....	286
Art. 1.017	
191. Utilização indevida do patrimônio da sociedade.....	287
192. Conflito de interesses entre administrador e sociedade.....	288
193. Autorização para a prática de atos legalmente excluídos.....	289
Art. 1.018	
194. Proibição de delegação da administração.....	290
195. Mandatários da sociedade.....	291
Art. 1.019	
196. Antecedentes da norma.....	292
197. Sócio investido na administração pelo contrato social.....	293
198. Sócio designado administrador por ato separado.....	294
199. Não sócio designado administrador.....	295
199-A. Vacância do cargo de administrador.....	295
Art. 1.020	
200. Obrigação de prestação de contas.....	296
201. Obrigação de elaboração do inventário e dos balanços.....	298
Art. 1.021	
202. Direito de fiscalização.....	300
203. Modo de exercer a fiscalização.....	300
204. Escrituração e livros.....	301
<i>Seção IV</i>	
<i>Das relações com terceiros</i>	
Art. 1.022	
205. A sociedade em suas relações com terceiros.....	302
206. Representação judicial.....	303
Art. 1.023	
207. A responsabilidade subsidiária dos sócios na sociedade simples.....	304
208. Responsabilidade ilimitada e proporcional.....	306
209. Responsabilidade solidária.....	306

Art. 1.024

210. Obrigação pessoal de garantia com benefício de ordem	307
211. A questão da insuficiência de bens	307

Art. 1.025

212. Responsabilidade do novo sócio (sócio ingressante).....	308
213. Modos de ingresso e responsabilidades dos envolvidos na operação	309
214. Cláusula excludente de responsabilidade	310

Art. 1.026

215. O patrimônio do sócio e o patrimônio social	311
216. Dificuldades para a concretização do direito.....	313
217. A penhora de quotas prevista na lei processual.....	314
218. Sentido a ser dado à regra.....	319
219. A liquidação da participação societária.....	321
220. Efeitos da liquidação.....	322
221. A obrigação de depositar e seu inadimplemento.....	323
222. Sócio prestador de serviços	324

Art. 1.027

223. Intransmissibilidade da qualidade de sócio por fatores externos	325
224. Direitos dos herdeiros do cônjuge do sócio à sua quota social	326
225. Direitos do ex-cônjuge do sócio à sua quota social	327

*Seção V**Da resolução da sociedade em relação a um sócio***Art. 1.028**

226. Rompimento do vínculo societário em relação a um ou mais sócios.....	328
227. Liquidação da quota do sócio falecido	329
228. Continuidade da sociedade com os sucessores	331
229. Opção de dissolução pela morte de um sócio	332

Art. 1.029

230. Direito de retirada.....	333
231. Retirada e renúncia.....	334
232. Hipóteses legais do direito de retirada	335
233. Fundamentos e natureza do direito de retirada.....	336
234. Situações a considerar no exercício do direito de retirada.....	337
235. Momento da retirada.....	338
236. Previsão contratual sobre o modo de proceder para a retirada	339
237. Dissolução da sociedade.....	340

Art. 1.030

238. Exclusão de sócio	341
239. Hipóteses legais e contratuais de exclusão	342
240. Procedimento a adotar na exclusão.....	344
241. Momento da exclusão	345
242. Titularidade do direito de exclusão.....	346

Art. 1.031

243. Liquidação de quota	348
244. Apuração de haveres.....	350
245. Compreensão do critério legal.....	351
246. Cláusula contratual restritiva	353
246-A. Prefixação do valor da quota no contrato social	353

247. Liquidação judicial da quota.....	354
248. O tratamento da matéria no Código de Processo Civil de 2015	355
249. A questão da apuração do valor do fundo de comércio (aviamento)	358
250. Reflexo da liquidação da quota no capital social	360
251. Forma e prazo para pagamento da quota liquidada	360
Art. 1.032	
252. A responsabilidade subsidiária do sócio retirante ou excluído.....	362
253. Responsabilidade em caso de falecimento de sócio	363
254. Extensão da responsabilidade	364
<i>Seção VI</i>	
<i>Da dissolução</i>	
Art. 1.033	
255. Conceito de dissolução.....	365
256. Dissolução parcial	366
257. Causas de dissolução	368
258. Término do prazo de duração	369
259. Deliberação dos sócios	370
260. Falta de pluralidade de sócios.....	371
261. A (im)possibilidade de continuação da empresa pelo sócio como empresário individual ou por empresa individual de responsabilidade limitada.....	374
262. Extinção da autorização para funcionar	376
Art. 1.034	
263. Anulação ou nulidade do ato de constituição	377
264. Exaurimento do fim social	378
265. Inexequibilidade do fim social	379
266. Falência, insolvência civil e liquidação extrajudicial	380
Art. 1.035	
267. Causas de dissolução contratuais	382
268. Causas de dissolução que podem ser avençadas	382
Art. 1.036	
269. Atividade social após a dissolução	383
270. Liquidação judicial direta.....	385
Art. 1.037	
271. Legitimação extraordinária do Ministério Público.....	386
272. Nomeação de interventor.....	387
273. Continuação da sociedade	387
Art. 1.038	
274. Critérios de escolha do liquidante	388
275. Destituição do liquidante.....	389
276. Modo de proceder na liquidação.....	390

Capítulo II DA SOCIEDADE EM NOME COLETIVO

Art. 1.039	
277. Referência histórica	390
278. Conceito e características	391
279. Cláusula limitativa da responsabilidade dos sócios	393

Art. 1.040	
280. Aplicação subsidiária das normas da sociedade simples.....	394
281. Sociedade empresária de capital e indústria.....	394
Art. 1.041	
282. Conteúdo do contrato social.....	396
283. A firma ou razão social.....	397
284. Administração da sociedade em nome coletivo.....	397
285. Uso da firma social.....	397
Art. 1.042	
Art. 1.043	
286. Constrição judicial dos direitos do sócio por credor particular.....	398
287. Alcance do dispositivo: sociedade com prazo determinado.....	399
288. Dificuldades para a exação do crédito.....	399
289. Hipóteses em que é permitida a liquidação da quota.....	400
Art. 1.044	
290. Causas de dissolução da sociedade em nome coletivo.....	401

Capítulo III DA SOCIEDADE EM COMANDITA SIMPLES

Art. 1.045	
291. Referência histórica.....	402
292. Conceito e características.....	403
293. Discriminação da qualidade dos sócios no contrato social.....	404
Art. 1.046	
294. Aplicação das disposições sobre a sociedade em nome coletivo.....	405
295. Sócio de indústria na comandita simples.....	405
Art. 1.047	
296. Limitações ao sócio comanditário.....	406
297. Direitos do sócio comanditário.....	407
Art. 1.048	
298. Redução do capital por diminuição da quota do comanditário.....	408
Art. 1.049	
299. Distribuição de lucros na comandita simples.....	410
300. Redução do patrimônio social por perdas supervenientes.....	411
Art. 1.050	
301. Efeitos da morte do comanditário no quadro social.....	412
302. Cessão de quotas do comanditário por ato entre vivos.....	413
Art. 1.051	
303. Causas de dissolução da comandita simples.....	414
304. Liquidação da sociedade.....	416

Capítulo IV DA SOCIEDADE LIMITADA

Seção I Disposições preliminares

Art. 1.052	
305. Referência histórica.....	417
306. Conceito.....	420
307. Características.....	421

308. Os diversos perfis da responsabilidade do sócio na sociedade limitada	421
309. Responsabilidade pela realização do valor da quota e pela integralização do capital social.....	422
310. Momento em que se torna efetiva essa responsabilidade	423
311. Responsabilidade do sócio por débitos fiscais e trabalhistas.....	424
311-A. A limitação da responsabilidade do empresário individual.....	427
311-B. A empresa individual de responsabilidade limitada.....	429
311-C. Dissolução e liquidação da empresa individual de responsabilidade limitada	432
311-D. A sociedade limitada unipessoal.....	433
311-E. Dificuldades para determinar o regramento da sociedade limitada unipessoal	435
311-F. Natureza e conteúdo do ato constitutivo da sociedade limitada unipessoal	440
311-G. Dissolução e liquidação.....	440
Art. 1.053	
312. Regime jurídico da sociedade limitada.....	442
313. Aplicação supletiva das normas das sociedades anônimas.....	442
314. Inserção de cláusula sobre regência supletiva da Lei das S.A.....	445
Art. 1.054	
315. Particularidades do contrato social da sociedade limitada	445
316. Nome da sociedade	447
<i>Seção II</i>	
<i>Das quotas</i>	
Art. 1.055	
317. Conceito de capital social	448
318. Capital social e patrimônio.....	448
319. Funções do capital social	449
320. Princípios orientadores do capital social.....	450
320-A. Capital mínimo	452
321. Conceito e natureza da quota social.....	453
322. A quota como objeto de relações jurídicas.....	454
323. Uma ou mais quotas de valores iguais ou desiguais a cada sócio	455
324. Contribuição do sócio	456
325. Proibição de contribuição com serviços.....	458
Art. 1.056	
326. A indivisibilidade da quota ou das quotas	458
327. A ressalva da divisibilidade para efeito de transmissão.....	460
328. Condomínio de quota.....	460
329. Obrigações solidárias dos condôminos.....	461
Art. 1.057	
330. Conceito e alcance da cessão de quotas	462
331. Cessão total e parcial de quota.....	462
332. Requisitos para a cessão de quota.....	463
333. Cessão de quotas entre sócios	464
334. Cessão de quotas a terceiro	464
335. Cessão de quotas para a própria sociedade.....	465
336. Solidariedade entre cedente e cessionário	466
Art. 1.058	
337. Sócio remisso.....	467
338. Caracterização da mora.....	468
339. Execução da obrigação.....	468

340. Exclusão do sócio remisso	469
341. Redução da quota do sócio remisso	470
Art. 1.059	
342. Medida de preservação do patrimônio social	471
343. Lucros e quantias	471

Seção III
Da administração

Art. 1.060	
344. A administração da sociedade limitada	473
345. Designação de administrador por ato separado	475
346. Impedimentos ao exercício da administração	475
347. Administração da limitada por pessoa jurídica	476
348. Intransmissibilidade da qualidade de administrador a novo sócio	477
349. Responsabilidade do administrador	478
350. Responsabilidade do administrador por débitos fiscais ou trabalhistas	480
351. A ação de responsabilidade civil	481
Art. 1.061	
352. Administrador não sócio	484
353. Deliberação unânime e maioria qualificada	485
Art. 1.062	
354. Investidura no cargo	486
355. Prazo para a assunção do cargo	487
356. Garantia de gestão	487
357. Publicidade	488
Art. 1.063	
358. Vacância do cargo de administrador	489
359. Incapacidade superveniente	490
360. Destituição	490
361. Término do prazo de gestão	491
362. Renúncia	491
Art. 1.064	
363. A firma ou denominação social	492
364. Poderes de gestão	492
365. Excesso e abuso de poder	493
366. Delegação de gerência	494
Art. 1.065	
367. Contas de encerramento do exercício social	495
368. Apresentação de contas em período inferior ao do exercício social	497

Seção IV
Do conselho fiscal

Art. 1.066	
369. O direito de fiscalização dos sócios	497
370. O conselho fiscal nas sociedades limitadas	498
371. Sem prejuízo dos poderes da assembleia dos sócios	499
372. Número e qualificação dos membros do conselho fiscal	499
Art. 1.067	
373. Investidura dos membros e suplentes do conselho fiscal	501

374. Invalidação da eleição.....	502
375. Prazo e cessação do período de gestão dos conselheiros.....	502
376. Críticas à criação do órgão.....	503
Art. 1.068	
377. Remuneração dos membros do conselho fiscal.....	504
Art. 1.069	
378. Atribuições do conselho fiscal.....	506
Art. 1.070	
379. Proibição à constituição de outro órgão para a fiscalização.....	507
380. Responsabilidade dos membros e suplentes do conselho fiscal.....	508
381. Auxiliares do conselho fiscal.....	509
<i>Seção V</i>	
<i>Das deliberações dos sócios</i>	
Art. 1.071	
382. Deliberações sociais.....	510
383. Atos que dependem de deliberação dos sócios.....	511
384. A enumeração legal.....	512
Art. 1.072	
385. Órgão colegiado de deliberação dos sócios.....	515
386. Distinção entre reunião e assembleia de sócios.....	516
387. Deliberações que dispensam assembleia ou reunião.....	518
388. Efeitos das deliberações.....	518
Art. 1.073	
389. Legitimidade para a convocação da reunião ou da assembleia.....	519
390. Forma e conteúdo da convocação.....	520
Art. 1.074	
391. Quórum para a instalação da assembleia.....	521
392. Livro ou lista de presença.....	522
393. Representação de sócio na assembleia.....	523
394. O direito de voto.....	524
Art. 1.075	
395. Ritual dos trabalhos.....	527
Art. 1.076	
396. AS maiorias nas deliberações sociais.....	528
397. A extinta exigência da maioria de $\frac{3}{4}$ para alterar o contrato social.....	531
397-A. Efeitos da redução da maioria de $\frac{3}{4}$ para maioria absoluta.....	532
398. Maioria absoluta.....	533
399. Maioria simples e outras maiorias.....	534
400. Temas que não podem ser objeto de deliberação por maioria.....	534
Art. 1.077	
401. Direito de retirada.....	535
402. Retirada e renúncia.....	536
403. Fundamento do direito de retirada.....	536
404. A questão do fundamento constitucional.....	539
405. O direito de retirada e a preservação da empresa.....	540
406. Prazo para o exercício do direito de retirada.....	543
407. Pressupostos para a aquisição do direito de retirada.....	544

408. Momento da retirada.....	544
409. Liquidação da quota	544
Art. 1.078	
410. Assembleia ou reunião anual de sócios.....	545
411. Assuntos a deliberar.....	546
412. Disponibilização de documentos com antecedência aos sócios	548
413. Procedimento a seguir	549
414. Efeitos da aprovação das contas	550
Art. 1.079	
415. Normas disciplinadoras das reuniões de sócios	552
Art. 1.080	
416. Deliberações ilegais	553
417. Efeitos das deliberações ilegais	553
Art. 1.080-A	
417-A. Modos de comparecimento às reuniões ou assembleias gerais da sociedade limitada	555
417-B. Participação e voto à distância	557
417-C. Reuniões ou assembleias gerais digitais	560
417-D. Reuniões digitais de outros órgãos sociais.....	561

Seção VI

Do aumento e da redução do capital

Art. 1.081	
418. Modificação do capital social	562
419. Aumento de capital.....	563
420. Direito de preferência.....	564
421. Procedimento para o aumento de capital	565
422. Outras modalidades de aumento de capital.....	566
Art. 1.082	
423. Redução voluntária do capital social	567
424. Redução legal ou obrigatória	569
Art. 1.083	
425. Redução do valor nominal da quota.....	570
426. Averbção e efeitos.....	571
Art. 1.084	
427. Redução do capital social por excesso.....	571
428. Publicação da deliberação de redução do capital social.....	572
429. Direito de impugnação do credor.....	573

Seção VII

Da resolução da sociedade em relação a sócios minoritários

Art. 1.085	
430. Exclusão extrajudicial de sócio.....	574
431. Previsão contratual.....	575
432. Justa causa.....	576
433. Deliberação por maioria absoluta.....	578
434. Procedimento.....	578
434-A. Desnecessidade de deliberação em reunião nas sociedades de dois sócios.....	580

435. Exclusão de sócio majoritário.....	581
436. Momento da exclusão e titularidade do direito	582
437. Demais causas de exclusão	583
Art. 1.086	
438. Efeitos da exclusão	584
439. Liquidação da quota do sócio	585
440. Responsabilidade do excluído por obrigações pendentes	586

*Seção VIII
Da dissolução*

Art. 1.087	
441. A polêmica quanto à lei aplicável	587
442. Dissolução parcial da sociedade limitada	588
443. Causas de dissolução	589
444. Dissolução por deliberação dos sócios	589
445. Legitimação ativa e passiva.....	590

**Capítulo V
DA SOCIEDADE ANÔNIMA**

*Seção Única
Da caracterização*

Art. 1.088	
446. Identificação do tipo societário	594
447. Demais características.....	595
448. Espécies de sociedades anônimas.....	596

Art. 1.089	
449. Tratamento da matéria	598
450. Matéria abrangida pela Lei das Sociedades por Ações	599
451. Disposições da Lei das S.A. aplicáveis às sociedades em geral	600
452. Disposições do Código Civil aplicáveis às companhias	601

**Capítulo VI
DA SOCIEDADE EM
COMANDITA POR AÇÕES**

Art. 1.090	
453. A importância das sociedades em comandita por ações.....	602
454. Lei supletiva aplicável.....	604
455. Identificação da sociedade e características	604
456. Capital dividido em ações.....	604
457. Nome empresarial	605

Art. 1.091	
458. A administração por acionista.....	606
459. Investidura e tempo de gestão	606
460. Órgãos de administração	607
461. Acionista controlador	608

Art. 1.092	
462. Poder de veto do comanditado	608
463. Outras deliberações	609

Capítulo VII DA SOCIEDADE COOPERATIVA

Art. 1.093

464. Generalidades sobre a sociedade cooperativa	610
465. Regime jurídico.....	611
466. Conceito e natureza da sociedade cooperativa.....	612
467. Classificação das cooperativas	614

Art. 1.094

468. Características da sociedade cooperativa.....	617
469. Capital social.....	617
470. Número de cooperados.....	619
470-A. Quotas-partes	620
471. Critérios de deliberação.....	621
472. Remuneração do capital e distribuição dos resultados.....	622
473. Fundos de reserva e sobras patrimoniais.....	622

Art. 1.095

474. Responsabilidade dos sócios (cooperados)	623
475. A responsabilidade em caso de desligamento de sócio.....	624
476. Responsabilidade dos dirigentes	625

Art. 1.096

477. Normas específicas.....	625
478. Constituição da sociedade cooperativa.....	626
479. Órgãos sociais.....	627
479-A. Livro de Matrícula	628
480. Dissolução e liquidação	628
481. Transformação, fusão, incorporação e desmembramento.....	630
482. Liquidação extrajudicial	630

Capítulo VIII DAS SOCIEDADES COLIGADAS

Art. 1.097

483. A concentração empresarial e a livre concorrência.....	632
484. Formas de concentração.....	634
485. O fenômeno da coligação no Código Civil de 2002.....	635
486. Outras espécies de coligação	636
487. Ajustes de subordinação e de coordenação.....	637
488. Grupo de sociedades.....	637
489. Consórcio	641

Art. 1.098

490. Sociedades controladoras e controladas	644
491. Outras formas de controle.....	646
492. Subsidiária integral.....	647
493. Regime jurídico peculiar.....	647

Art. 1.099

494. A coligação em sentido estrito.....	649
495. Regime jurídico da coligação	650

Art. 1.100

496. Participação reduzida.....	651
497. Regime jurídico.....	652

Art. 1.101

498. A questão da participação recíproca no regime anterior.....	653
499. A participação recíproca no Código Civil.....	654
500. Verificação da limitação e consequência de sua não observância.....	655

Capítulo IX DA LIQUIDAÇÃO DA SOCIEDADE

Art. 1.102

501. A liquidação da sociedade.....	656
502. Conceito e distinções.....	657
503. Termo inicial da liquidação.....	660
504. O liquidante.....	661
505. A investidura do liquidante.....	662
506. A remuneração do liquidante.....	663

Art. 1.103

507. Os deveres do liquidante.....	664
508. Identificação da sociedade em liquidação.....	667

Art. 1.104

509. Obrigações e responsabilidade do liquidante.....	667
---	-----

Art. 1.105

510. Os poderes do liquidante.....	669
511. Limites da atuação do liquidante.....	670
512. Abuso e excesso de poder do liquidante.....	671

Art. 1.106

513. Ordem do pagamento das dívidas sociais.....	671
514. Créditos preferenciais.....	673

Art. 1.107

515. Possibilidade de recebimento antecipado do acervo social.....	674
516. Rateio antecipado com bens <i>in natura</i>	675
517. Cessação do estado de liquidação.....	676

Art. 1.108

518. Pagamento do passivo.....	677
519. Partilha do remanescente.....	678
520. Assembleia geral dos sócios na liquidação.....	680
521. Prestação de contas.....	680

Art. 1.109

522. Encerramento da liquidação e extinção da sociedade.....	681
523. Sócio dissidente.....	682

Art. 1.110

524. Direito do credor insatisfeito após o encerramento da liquidação.....	683
525. Prazo prescricional para a reclamação dos credores.....	685

Art. 1.111

526. Liquidação judicial.....	685
527. Liquidação judicial sem prévia sentença de dissolução.....	687
528. O processo judicial.....	687
529. Procedimento a seguir na liquidação judicial.....	689

Art. 1.112

530. Reuniões e assembleias no curso da liquidação judicial.....	691
531. Juntada de cópia autêntica das atas ao processo judicial.....	692

Capítulo X
DA TRANSFORMAÇÃO, DA INCORPORAÇÃO,
DA FUSÃO E DA CISÃO DAS SOCIEDADES

Art. 1.113

532. Conceito de transformação	693
533. Natureza da transformação	694
534. Situações em que não há transformação	695
535. Restrições à transformação	696
536. Regras a observar na transformação	697
537. Efeitos quanto à inscrição	698

Art. 1.114

538. Quórum para aprovação da transformação	699
539. Direito de retirada	701

Art. 1.115

540. Efeitos quanto aos credores sociais	703
541. Falência ou insolvência da sociedade	704

Art. 1.116

542. A concentração empresarial com junção de patrimônio e sujeitos de direito	706
543. Breve referência histórica	706
544. Conceito de incorporação	707
545. Natureza da incorporação	707
546. Incorporação e fusão	708
547. Incorporação e firma individual	710
548. Incorporação de ações	711
549. Regras a observar na deliberação sobre a incorporação	711
550. Incorporação em caso de coligação e controle	712
551. Incorporação de sociedade em liquidação	713
552. Incorporação e cisão	713

Art. 1.117

553. As bases da operação e o projeto de reforma do ato constitutivo	716
554. Avaliação do patrimônio da sociedade a ser incorporada	718
555. Procedimento a ser adotado pela sociedade incorporada	720
556. Confronto entre patrimônio e capital	720

Art. 1.118

557. Conclusão da operação de incorporação	721
558. Publicação dos atos de incorporação	722

Art. 1.119

559. Conceito de fusão	722
560. Natureza da fusão	723
561. Efeitos	724

Art. 1.120

562. Quórum e outros pressupostos para a aprovação da fusão	725
563. Aprovação da fusão em ato único	726
564. Procedimento a seguir na fusão quando não há unanimidade	727

Art. 1.121

565. Atos complementares à fusão	728
566. Publicação dos atos de fusão	729

Art. 1.122

567. Proteção aos credores.....	730
568. Prazo de decadência.....	731
569. Consignação em pagamento e depósito em garantia.....	732
570. Falência subsequente à incorporação, fusão ou cisão.....	733
571. A questão dos credores na cisão.....	734
571-A. A cisão de sociedades.....	735

**Capítulo XI
DA SOCIEDADE DEPENDENTE
DE AUTORIZAÇÃO**

*Seção I
Disposições gerais*

Art. 1.123

572. Antecedentes.....	738
573. Regime atual.....	738
574. Fundamento e competência para a outorga da autorização.....	740
575. Sociedades que dependem de autorização.....	741

Art. 1.124

576. Prazo para o início das atividades após a autorização.....	742
577. Caducidade.....	743

Art. 1.125

578. A revogação da autorização.....	743
579. Efeitos da cassação.....	744
580. Revisão judicial do ato de cassação.....	745

*Seção II
Da sociedade nacional*

Art. 1.126

581. A nacionalidade das pessoas jurídicas de direito privado.....	746
582. Caracterização da empresa nacional.....	750
583. Sociedade nacional sob controle brasileiro.....	750
584. Comprovação da nacionalidade dos sócios ou acionistas.....	751
585. Sociedades transnacionais ou multinacionais.....	752

Art. 1.127

586. Mudança de nacionalidade.....	753
587. Conteúdo da deliberação.....	753
588. Inexigibilidade de anuência de terceiros.....	754

Art. 1.128

589. Requerimento de autorização.....	755
590. Constituição por escritura pública.....	756

Art. 1.129

591. Cumprimento de exigências administrativas.....	756
592. Modo de suprimento.....	757
593. Autorização a título precário.....	757

Art. 1.130

594. Recusa de autorização.....	758
595. Consequências da recusa.....	759

Art. 1.131	
596. Decreto de autorização e publicação	759
597. Arquivamento e início das atividades	760
598. Responsabilidade do Estado pela autorização expedida.....	760
Art. 1.132	
599. Autorização para constituição de sociedade anônima	761
600. Requerimento de autorização e formalidades complementares	762
Art. 1.133	
601. Alterações contratuais ou estatutárias.....	762
602. Outras alterações estatutárias.....	763
<i>Seção III</i>	
<i>Da sociedade estrangeira</i>	
Art. 1.134	
603. Sociedade estrangeira.....	764
604. Autorização para funcionamento	765
605. Empresário individual.....	766
606. Sociedade empresária e não empresária	766
607. Documentos para a obtenção da autorização para o funcionamento	767
608. Autenticação.....	768
609. Sociedade estrangeira sócia de sociedade nacional.....	769
Art. 1.135	
610. Natureza do ato concessivo da autorização.....	770
611. Conteúdo do ato de autorização.....	771
612. Atos subsequentes à autorização	772
Art. 1.136	
613. Início das atividades da sociedade estrangeira no Brasil	773
614. Efeito da inscrição.....	774
Art. 1.137	
615. Equiparação da sociedade estrangeira à nacional.....	775
616. Nome empresarial	776
617. Jurisdição brasileira.....	776
Art. 1.138	
618. Representante permanente no Brasil.....	777
619. O ato de nomeação.....	778
620. Duas representações distintas	778
621. Representação de sociedade sócia de sociedade brasileira.....	779
Art. 1.139	
622. Reforma estatutária ou contratual.....	780
623. O pedido de aprovação das alterações estatutárias ou contratuais.....	781
Art. 1.140	
624. Divulgação de informações relevantes.....	782
625. Sanção pelo não cumprimento da regra.....	783
Art. 1.141	
626. Mudança de nacionalidade.....	784
627. Procedimento para obtenção da nacionalidade brasileira.....	784
628. Ato concessivo, publicações e registro	785

TÍTULO III DO ESTABELECIMENTO

Capítulo Único DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1.142

629. Escorço histórico	787
630. Conceito de estabelecimento	789
631. Distinções	790
632. Os bens que compõem o estabelecimento	791
632-A. O estabelecimento virtual	791
633. Ponto comercial.....	794
634. Bens imóveis	796
635. Contratos, créditos e dívidas.....	797
636. Direitos de propriedade industrial.....	798
637. Programas de computação	799
638. Cultivares.....	800
639. Aviamento	801
640. Clientela.....	802

Art. 1.143

641. Natureza jurídica do estabelecimento	803
642. O estabelecimento como bem distinto dos que o integram	805
643. Diversos estabelecimentos.....	806
644. Objeto unitário de direitos ou de negócios jurídicos	807

Art. 1.144

645. Averbação de contratos que versem sobre o estabelecimento.....	809
646. Publicação	811

Art. 1.145

647. A alienação do estabelecimento	812
648. Condições para a eficácia do negócio jurídico de alienação	813
649. O consentimento dos credores.....	814
650. Alienação da exploração do estabelecimento	816

Art. 1.146

651. Determinação do passivo quando assumido pelo adquirente.....	816
652. Garantia dos credores	817
652-A. Alienação judicial do estabelecimento.....	818

Art. 1.147

653. Proibição de concorrência	819
654. Estabelecimento de não empresário	820
655. Aplicação do princípio da boa-fé na interpretação	821
656. Proibição em caso de arrendamento e de usufruto	821
657. Consequências da violação da proibição.....	822

Art. 1.148

658. A sub-rogação nos contratos de exploração do estabelecimento	822
659. Contratos de caráter pessoal	824
660. Possibilidade de rescisão contratual.....	825

Art. 1.149

661. Direitos de crédito cedidos com o estabelecimento	826
662. Eficácia contra o devedor.....	827

TÍTULO IV DOS INSTITUTOS COMPLEMENTARES

Capítulo I DO REGISTRO

Art. 1.150

663. A dualidade de registros.....	828
664. Necessidade de sistematização da matéria.....	830
665. Registro Civil de Pessoas Jurídicas.....	830
666. O Registro Público de Empresas Mercantis: antecedentes e referências legislativas.....	832
667. Estrutura do Registro Público de Empresas Mercantis.....	833
668. Finalidade e efeitos do registro.....	835

Art. 1.151

669. Atos e fatos abrangidos pelo registro.....	836
670. A inscrição.....	836
671. A matrícula.....	838
672. O arquivamento.....	838
673. A averbação.....	839
674. A autenticação.....	840
675. O assentamento de usos.....	842
676. As pessoas incumbidas de levar os atos a registro.....	842
677. Prazo para a apresentação a registro e consequência do descumprimento.....	843

Art. 1.152

678. Verificação da regularidade das publicações.....	844
679. Publicações vinculadas ao regime do empresário e das sociedades (empresárias e simples)...	846

Art. 1.153

680. Condições para a efetivação do registro.....	847
681. Suprimento de irregularidades.....	848

Art. 1.154

682. Efeitos do registro quanto a terceiros.....	849
683. Validade e eficácia do ato suscetível de registro.....	850

Capítulo II DO NOME EMPRESARIAL

Art. 1.155

684. O nome como identificador do agente econômico.....	851
685. Desenvolvimento da noção de nome empresarial.....	852
686. Conceito de nome empresarial e distinções.....	853
687. Espécies de nome empresarial.....	854
687-A. O CNPJ como nome empresarial.....	855
688. Princípios que orientam a composição do nome empresarial.....	856
689. Proibições.....	857
690. Natureza jurídica do nome empresarial.....	858
691. O nome das demais pessoas jurídicas.....	860

Art. 1.156

692. Conceito e características da firma individual.....	861
693. Firma individual e pessoa jurídica.....	863
694. O nome da empresa individual de responsabilidade limitada.....	864

Art. 1.157	
695. Firma ou razão social	865
696. Composição da firma social	866
697. Ônus para o sócio cujo nome figura na firma social	868
Art. 1.158	
698. O nome empresarial da sociedade limitada.....	869
699. A firma ou razão social	869
700. A denominação social.....	870
701. A expressão "limitada" na identificação do tipo societário	872
701-A. A composição da razão social ou denominação da sociedade limitada unipessoal	872
Art. 1.159	
702. Denominação da sociedade cooperativa.....	873
Art. 1.160	
703. O nome empresarial da sociedade anônima	874
704. Modo de compor a denominação social.....	875
705. Denominação com nome de pessoa natural.....	877
Art. 1.161	
706. A firma ou razão social da sociedade em comandita por ações	878
707. A denominação da sociedade em comandita por ações	879
Art. 1.162	
708. Sociedade sem nome	879
Art. 1.163	
709. Princípio da novidade ou da originalidade do nome empresarial.....	880
710. Soluções para nomes empresariais idênticos ou semelhantes.....	882
711. Âmbito de controle da identidade ou semelhança de nomes empresariais	883
712. Aplicação da regra às demais pessoas jurídicas de direito privado.....	884
Art. 1.164	
713. A questão da inalienabilidade do nome comercial	885
714. A alienação do estabelecimento com o nome do seu titular	889
Art. 1.165	
715. Alteração da razão social pela observância do princípio da veracidade	890
Art. 1.166	
716. Proteção ao nome empresarial	891
717. Extensão da proteção administrativa para além das fronteiras estaduais.....	894
718. A questão do uso exclusivo do nome das demais pessoas jurídicas de direito privado	895
Art. 1.167	
719. A defesa do direito de uso do nome empresarial	896
Art. 1.168	
720. Causas de cancelamento do registro do nome empresarial	898
721. A cessação do exercício da atividade	899
722. Desnecessidade de liquidação da sociedade para o cancelamento do nome empresarial	901
723. Outros casos de perda do direito ao nome empresarial.....	901

Capítulo III DOS PREPOSTOS

Seção I Disposições gerais

Art. 1.169	
724. A figura do preposto.....	902

725. A organização do trabalho na empresa.....	904
726. A substituição do preposto em suas funções.....	905
Art. 1.170	
727. Negociação por conta própria ou de terceiro.....	906
728. Cláusula de não concorrência.....	907
729. Não concorrência após o término da preposição.....	908
730. Forma e conteúdo da autorização.....	909
731. Reparação de prejuízos e retenção dos lucros da operação.....	909
Art. 1.171	
732. Preposto com representação.....	910
733. Prazo para reclamação.....	912

*Seção II
Do gerente*

Art. 1.172	
734. Conceito e distinções.....	912
735. Nomeação e destituição do gerente.....	913
736. Dois ou mais gerentes e extensão da representação.....	914
Art. 1.173	
737. Representação do empresário pelo gerente.....	915
738. Dois ou mais gerentes e distribuição das atribuições.....	916
739. Responsabilidade dos gerentes.....	917
Art. 1.174	
740. Limitação aos poderes do gerente.....	918
741. As restrições perante a clientela.....	919
742. Modificação e revogação de poderes.....	919
Art. 1.175	
743. A prática de atos estranhos à gerência.....	920
744. Atuação em nome pessoal e em proveito do empresário.....	920
745. Atuação em nome e em proveito pessoal.....	921
Art. 1.176	
746. Poderes de representação judicial do gerente.....	921
747. Poderes para a propositura de ações.....	922
748. Poderes mais amplos para receber citação.....	923
749. Representação de empresário estrangeiro.....	924

*Seção III
Do contabilista e outros auxiliares*

Art. 1.177	
750. O contabilista.....	925
751. Responsabilidade objetiva do empresário pelos atos do contabilista e de seus auxiliares.....	926
752. Responsabilidade objetiva do empresário pelos atos de seus demais prepostos.....	926
Art. 1.178	
753. Atos de prepostos praticados no estabelecimento do empresário.....	928
754. Atos de prepostos que atuam fora do estabelecimento do preponente.....	929
755. Comprovação dos poderes escritos para atuação externa.....	929

**Capítulo IV
DA ESCRITURAÇÃO**

Art. 1.179	
756. Antecedentes.....	930

756-A. O avanço tecnológico e as normas vigentes	931
757. A escrituração.....	932
758. Balanço patrimonial e de resultado econômico.....	933
759. Livros de escrituração.....	934
760. Outros livros obrigatórios.....	936
761. Livros fiscais	937
762. O pequeno empresário, os microempresários e os empresários de pequeno porte.....	937
Art. 1.180	
763. Obrigatoriedade de uso do Livro Diário.....	939
764. Escrituração mecanizada ou eletrônica	939
765. Livro para feitura dos balanços.....	942
Art. 1.181	
766. A autenticação dos instrumentos de escrituração	944
767. Autenticação só para empresários regularmente inscritos	945
Art. 1.182	
768. Contabilista legalmente habilitado.....	945
769. Escrituração pelo próprio empresário.....	946
Art. 1.183	
770. Normas a observar na escrituração.....	947
771. Uso de código de números ou de abreviaturas.....	948
Art. 1.184	
772. Conteúdo e modo de preencher o Livro Diário.....	949
773. Escrituração resumida.....	949
774. Lançamento de balanços no Diário.....	950
Art. 1.185	
775. O Livro de Balancetes Diários e Balanços.....	951
Art. 1.186	
776. Conteúdo do Livro de Balancetes Diários e Balanços e modo de escrituração.....	952
Art. 1.187	
777. O inventário.....	954
778. Bens destinados à exploração da atividade	955
779. Valor dos estoques e da matéria-prima	956
780. Valor das participações societárias e de outros valores mobiliários	957
781. Valor dos créditos a receber	957
782. Outros valores que podem figurar no ativo	957
Art. 1.188	
783. Conteúdo do balanço patrimonial	958
784. Informações do balanço quanto a coligações.....	960
Art. 1.189	
785. Conteúdo do balanço de resultado econômico.....	961
786. O lucro e sua destinação	963
Art. 1.190	
787. O princípio da inviolabilidade da escrituração mercantil.....	964
788. Respeito ao princípio por qualquer autoridade	966
Art. 1.191	
789. Função probatória dos instrumentos de escrituração do empresário	966
790. Uma questão de ordem prática	968
791. Exibição total dos livros do empresário.....	969

792. Exibição parcial	971
793. Local da exibição	972
Art. 1.192	
794. O descumprimento da ordem de exibição.....	973
795. A sanção para a recusa de exibição integral	974
796. A sanção para a recusa de exibição parcial	975
Art. 1.193	
797. Exibição dos instrumentos de escrituração às autoridades tributárias.....	975
Art. 1.194	
798. Obrigação de guarda e conservação dos documentos de escrituração.....	976
799. Perda, extravio, destruição ou deterioração dos instrumentos de escrituração.....	977
Art. 1.195	
800. As contas da sociedade estrangeira com estabelecimento brasileiro.....	978
Bibliografia	981
I – Livros referidos no texto	981
II – Artigos publicados em periódicos.....	995
Outras Obras do Autor	1001
Índice Alfabético-Remissivo	1003